

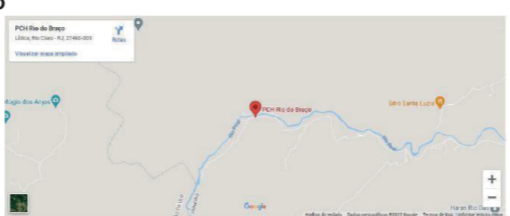
PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO

CNPJ nº 09.024.809/0001-28

Relatório da Administração 2025

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Companhia" ou "PCH Rio do Braço"), correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com as respectivas notas explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes em cumprimento às disposições legais e estatutárias. A Companhia, a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A., está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Companhia tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 37 anos. Ela se conecta ao sistema regional de distribuição, na tensão de 25 kV, através de linha de uso restrito com 8 quilômetros de extensão, interligada na "Linha Metalúrgica" da Light, concessionária de distribuição, que por sua vez está conectada na subestação de Rio Claro, no município de Rio Claro. A PCH está localizada no rio do Braço, na divisa dos municípios de Rio Claro (RJ) e de Bananal (SP). O eixo da barragem e a casa de força ficam no estado do Rio de Janeiro, em Lídice, distrito do município de Rio Claro, já o reservatório formado pelo barramento compreende terras do município de Rio Claro e de Bananal, estado de São Paulo e possui área total de 0,03653 hectare e uma Área de Preservação Permanente (APP) de 15,107 metros de largura. A partir de 2023 a Companhia incluiu no seu objeto social a operação de redes de telecomunicações e o fornecimento de serviços de telecomunicações, incluindo, mas não se limitando: (a) a cessão onerosa de meios de redes de telecomunicações; (b) tratamento de dados, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações; (c) alternativa de acesso local a serviços de dados, vídeo e auxiliares de voz; (d) a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI), incluindo manutenção e operação de equipamentos; (e) acesso à internet; (f) a implantação, operação e locação de meios, equipamentos e sistemas, incluindo espaço físico e infraestrutura, para telecomunicações e atividades correlatas; e (g) a compra, a venda, a importação e a exportação de hardware, equipamentos, suprimentos e acessórios de informática em geral. O empreendimento, o projeto teve início em 2002, com a constituição da empresa Companhia Energética Serra da Carrioca, que contratou a empresa projetista MEK Engenharia e Consultoria LTDA para o desenvolvimento do projeto. Posteriormente, no dia 7 de agosto de 2008, o projeto foi vendido para o Fundo de Investimentos FIP Brasil Energia, gerido pelo Banco BTG Pactual, que construiu o empreendimento, com início das obras em 2009. A Companhia foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Braço, com 11.520 kW de potência instalada. Através do contrato nº 1155418 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A. anteriormente denominada Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda, a Companhia formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025. No ano de 2023 a Companhia firmou contrato com a Miring JV I LLC com o objetivo de prestação de serviços de processamentos de dados por conta e ordem e oferecimento da infraestrutura. Esse contrato foi iniciado em janeiro de 2024 pela ativação do serviço de processamento de dados e vigerá pelo prazo de 5 anos. Para viabilizar a prestação do serviço mencionado, firmamos o contrato de compra de energia com o Banco BTG Pactual S/A, contrato iniciado em janeiro de 2024, com vigência até dezembro de 2028, o que possibilitou a complementação da nossa infraestrutura, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais. No ano de 2024 a Companhia firmou contrato de venda de energia, com a Esfera Comercializadora de Energia Ltda., que vigerá pelo prazo de 5 anos, a contar de 01 de janeiro

de 2026. A Companhia foi beneficiada, nos termos da Lei 9.427/96 instituída pela ANEEL, art. 26 § 12, que possibilita o deslocamento do prazo, da seguinte forma: início da contagem do prazo de outorga (da data da publicação da autorização para a data de entrada em operação comercial da 1ª UG), aplicável a usinas com prazo de outorga de 30 anos que não tenham sido penalizadas pela ANEEL por atraso no cronograma. A homologação, ocorreu em 14 de dezembro de 2021 através da Resolução Autorizativa nº 10.972. Logo, a Companhia passará a ter 37 anos de autorização, tendo a sua finalização em 31 de janeiro de 2048. Em janeiro de 2021, o controle da PCH Rio do Braço foi transferido para o BTG Pactual Divididos Infra (BDIV11), Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.



Licenciamento Ambiental. A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias para a operação e a implantação do projeto. **Equidade de Gênero e Indicadores de Igualdade Salarial.** No exercício social findo, a Companhia manteve seu compromisso com uma gestão responsável, pautada no respeito às pessoas, na igualdade de oportunidades e na adoção de práticas corporativas éticas e transparentes. A Companhia não possui, até o momento, uma política formal específica de equidade de gênero. Contudo, seu Código de Ética e Conduta estabelece princípios de respeito à diversidade, à igualdade de tratamento e à não discriminação, incluindo diretrizes voltadas à equidade de gênero, raça e à inclusão de pessoas com deficiência, aplicáveis aos seus órgãos de administração e ao conjunto de seus colaboradores. As práticas de gestão de pessoas da Companhia são baseadas em critérios objetivos e técnicos nos processos de recrutamento, avaliação, desenvolvimento profissional e remuneração, sendo vedada qualquer distinção de tratamento ou salarial em razão de gênero para cargos ou funções equivalentes. A composição do quadro funcional e dos órgãos de administração reflete a estrutura atual da Companhia. No exercício findo, a Diretoria Estatutária contou com a participação de uma mulher, enquanto o Conselho de Administração foi composto exclusivamente por membros do sexo masculino.

Composição dos Órgãos de Administração – 2025

Gênero	Quantitativo	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Homem(ns)	3	1
Mulher(es)	-	1
Total	3	2

No que se refere à remuneração, a Companhia adota critérios relacionados à responsabilidade do cargo, complexidade das funções, desempenho individual e o objetivo e práticas de mercado. As informações relativas à remuneração fixa, variável e eventual, segregadas por sexo e referentes a cargos ou funções similares, bem como a evolução comparativa dos indicadores entre o exercício findo e o exercício

imediatamente anterior, são apuradas internamente para fins de atendimento à legislação aplicável. Em razão do número reduzido de mulheres em determinados níveis hierárquicos, a divulgação de informações salariais e de indicadores de diversidade somente pode ocorrer de forma agregada e anonimizada. Essa medida é necessária para evitar a identificação de pessoas e cumpre rigorosamente os princípios de finalidade, necessidade, adequação e segurança previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD). Por esse motivo, não é possível divulgar informações individuais ou que permitam a identificação dos salários das mulheres. **Financiamento.** Em 10 de outubro de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$2.700 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: • **Data de Entrada do Recurso:** 10/10/2023. • **Prazo:** 48 parcelas, com pagamentos mensais sem carência. • **Taxa:** CDI + 2.10% a.a. • **Desempenho Econômico – Financeiro.** Abaixo um resumo dos principais números da Companhia: **Balanco Patrimonial**

Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	145
Títulos e Valores Mobiliários	3.643
Concessionárias e permissonárias	2.086
Despesas antecipadas	525
Outros ativos	409
	6.808

Não circulante	
Imobilizado	49.126
Intangível	7.003
Outros	7
	56.136
	62.944

Total do ativo	
	119.080
Passivo circulante	
Fornecedores	1.659
Financiamentos	685
Dividendos a pagar	2.221
Impostos e contribuições a recolher	114
Imposto de renda e contribuição social	226
Outros passivos	521
	5.426

Não circulante	
Financiamentos	563
Patrimônio líquido	
Capital social	35.432
Reserva legal	4.045
Reserva de retenção de lucros	17.478
	56.955
	62.944

Total do passivo e patrimônio líquido

Agradecimentos. A Administração demonstra seu agradecimento aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2025 foram possíveis através do comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	145	27
Títulos e valores mobiliários	6	3.643	4.319
Concessionárias e permissonárias	7	2.086	2.263
Despesas antecipadas		525	250
Outros ativos	8	409	340
		6.808	7.199
Não Circulante			
Imobilizado	9	49.126	51.298
Intangível	10	7.003	7.273
Outros		7	-
		56.136	58.571
		62.944	65.770

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	11	1.659	615
Financiamentos	12	685	3.117
Dividendos a pagar	13.d	2.221	2.882
Impostos e contribuições a recolher		114	156
Imposto de renda e contribuição social	18	226	246
Instrumentos financeiros	12.b	-	739
Outros passivos		521	334
		5.426	8.089

Não Circulante	
Financiamentos	12
	563
Patrimônio Líquido	
Capital social	13
Reserva legal	
Reserva de retenção de lucros	
Dividendos adicionais propostos	
	35.432
	4.045
	17.478
	56.955
	62.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais.

A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Companhia" ou "PCH Rio do Braço") está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Companhia tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos. A partir de 2023 a Companhia incluiu no seu objeto social a operação de redes de telecomunicações e o fornecimento de serviços de telecomunicações, incluindo, mas não se limitando: (a) a cessão onerosa de meios de redes de telecomunicações; (b) tratamento de dados, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações; (c) alternativa de acesso local a serviços de dados, vídeo e auxiliares de voz; (d) a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI), incluindo manutenção e operação de equipamentos; (e) acesso à internet; (f) a implantação, operação e locação de meios, equipamentos e sistemas, incluindo espaço físico e infraestrutura, para telecomunicações e atividades correlatas; e (g) a compra, a venda, a importação e a exportação de hardware, equipamentos, suprimentos e acessórios de informática em geral. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através do despacho nº 292, de 1º de fevereiro de 2008, aprovou o Projeto Básico da PCH Braço já com a titularidade da empresa para a PCH Rio do Braço. A Companhia foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço SA, pelo período de trinta anos para produção de energia. A Companhia levou dois anos para ser constituída e entrou em operação em 1º de fevereiro de 2011, com 11.520 kW de potência instalada, localizada no rio do Braço, no Município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro. Através do contrato nº 1155418 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A. anteriormente denominada Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda, a Companhia formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025. Em 3 de agosto de 2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2919 a Companhia obteve a homologação do prazo de extensão da outorga da usina em 2.504 dias, a Companhia discutiu com a ANEEL a revisão do cálculo do término do prazo de autorização, visto que julgava ser superior. Em 10 de outubro de 2023 por meio da Resolução Homologatória nº 14.896 a Companhia obteve a revisão do cálculo do prazo de extensão da outorga da usina em 2.555 dias. A Companhia foi beneficiada, nos termos da Lei 9.427/96 instituída pela ANEEL, art. 26 § 12, que possibilita o deslocamento do prazo, da seguinte forma: início da contagem do prazo de outorga (da data da publicação da autorização para a data de entrada em operação comercial da 1ª UG), aplicável a usinas com prazo de outorga de 30 anos que não tenham sido penalizadas pela ANEEL por atraso no cronograma. A homologação, ocorreu em 14 de dezembro de 2021 através da Resolução Autorizativa nº 10.972. Logo, a Companhia passará a ter 37 anos de autorização, tendo a sua finalização em 31 de janeiro de 2048. No ano de 2023 a Companhia firmou contrato com a Miring JV I LLC com o objetivo de prestação de serviços de processamentos de dados por conta e ordem e oferecimento da infraestrutura. Esse contrato foi iniciado em janeiro de 2024 pela ativação do serviço de processamento de dados e vigerá pelo prazo de 5 anos. Para viabilizar a prestação do serviço mencionado, firmamos o contrato de compra de energia com o Banco BTG Pactual S/A, contrato iniciado em janeiro de 2024, com vigência até dezembro de 2028, o que possibilitou a complementação da nossa infraestrutura, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais. No ano de 2024 a Companhia firmou contrato de venda de energia com volume de 6,0 MWm, com a Esfera Comercializadora de Energia Ltda., que vigerá pelo prazo de 5 anos, a contar de 01 de janeiro de 2026. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Admissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 06 de março de 2026. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. **2.1. Base de preparação.** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias de níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 4.3 de instrumentos financeiros. **2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. a) Perda ("Impairment") estimada de ativos não financeiros. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Nota Explicativa	Capital social	Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucro			
Em 31 de Dezembro de 2023	35.432	2.970	6.872	(8.872)	-	52.899
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	6.872	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.137	12.137
Destinação do lucro do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	608	-	-	(608)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.882)	(2.882)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	8.647	(8.647)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2024	35.432	3.578	(5.710)	-	-	(5.710)
Lucro líquido do exercício	-	-	8.787	-	8.647	56.444
Destinação do lucro do exercício:						
Constituição de reserva legal	13.c	467	-	-	(467)	-
Dividendos mínimo obrigatório	13.d	-	-	-	(2.221)	(2.221)
Constituição de reserva de retenção de lucros	13.c	-	15.309	(8.647)	(6.662)	-
Dividendos adicionais propostos	13.c	-	(6.618)	-	-	(6.618)
Em 31 de Dezembro de 2025	35.432	4.045	17.478	-	-	56.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receitas líquidas	14	25.877
Custo sobre serviços prestados	15	(13.927)
Lucro Bruto	14	11.950
Despesas operacionais	16	(1.376)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		10.574
Resultado Financeiro		13.871
Receita Financeira		510
Despesa Financeira		(385)
Resultado Financeiro	17	125
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		10.499
Imposto de renda e contribuição social	18	(1.149)
Lucro Líquido do Exercício		9.350
Resultado por Ação		0,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	9.350	12.137
Resultado abrangente do exercício	9.350	12.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo de "Impairment". b) Provisões. A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela assessoria jurídica externa com base em seus pareceres e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa nº 19. **3. Principais Políticas Contábeis.** **3.1. Instrumentos financeiros.** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros. Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do contrato. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. (ii) Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e ativos financeiros da Companhia compreendem contas a receber (concessionárias e permissonárias) e caixa e equivalentes de caixa. Despesas com juros são reconhecidas no resultado. A Companhia desonhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou expiram. No desonhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.2. Contas a receber de clientes.** Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas. **3.3. Imobilizado.** a) Reconhecimento e Mensuração. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, que inclui: terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e ambientais e custos gerais, totalizando o custo de construção da usina hidroelétrica. b) Depreciação. A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, baseado na vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25-37 anos
Máquinas e equipamentos	22-37 anos
Móveis e utensílios	05-37 anos
Equipamentos de informática	25-37 anos
Veículos	05-37 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Cabe mencionar, que as vidas úteis do ativo imobilizado são de acordo com o prazo de autorização, caso sejam vinculados a autorização e os ativos vinculados a administração, como veículos, móveis e utensílios são de 5 anos. **Redução ao valor recuperável de ativos.** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.4. Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por

Demonstração do Fluxo de Caixa para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício		9.350	12.137
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	9.e 10	2.714	2.524
Juros sobre financiamentos	12	357	911
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	9.e 10	232	125
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários	17	(510)	(396)
Marcação de mercado realizada	12.b	(739)	(710)
		11.404	14.591
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissonárias	7	177	(488)
Despesas antecipadas		(275)	(211)
Imposto de renda retido na fonte		-	81
Outros ativos		(76)	601
Fornecedores	11	1.044	263
Impostos e contribuições a recolher		985	957
Outros passivos		187	(193)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.047)	(867)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			

PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO

CNPJ nº 09.024.809/0001-28

projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contrários, estão demonstrados a seguir:

Vencimentos	Itaú
2026	685
2027	563
	1.248

c) Risco de taxa de juros. A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. As dívidas estão sujeitas à variação de IPCA e CDI. d) Valorização dos instrumentos financeiros. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão descritos a seguir: (i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. (ii) Financiamentos. Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados. (iii) Instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de Swap. Foi mensurado pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações foram registradas no resultado. 4.2. Gestão de capital. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	31/12/2025	31/12/2024
	5.989	9.326
Total do patrimônio líquido	56.955	56.444
Índice de alavancagem financeira	0,11	0,17

4.3. Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros	Valor	Valor
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Contábil	Justo
Títulos e valores mobiliários	3.643	3.643
	3.643	3.643

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Contábil	Justo
Caixa e equivalentes de caixa	145	145
Contas a receber	2.086	2.086
	2.231	2.231

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Contábil	Justo
Fornecedores	1.659	1.659
Financiamentos	1.248	1.248
	2.907	2.907

Ativos Financeiros	Valor	Valor
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Contábil	Justo
Títulos e valores mobiliários	4.319	4.319
	4.319	4.319

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Contábil	Justo
Caixa e equivalentes de caixa	27	27
Contas a receber	2.263	2.263
	2.290	2.290

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Contábil	Justo
Fornecedores	615	615
Financiamentos	4.354	4.354
	4.969	4.969

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores

mobiliários, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Hierarquia do valor justo. Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: Nível 1. Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2. Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3. Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado. 4.5. Análise de Sensibilidade. O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração. São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II). A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Cenário Cenário Cenário			
		Saldo	I	Atual	II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	145	16	21	26
	Títulos e valores mobiliários	3.643	392	522	653
CDI %	Financiamentos	1.248	134	179	224

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Cenário Cenário Cenário			
		Saldo	I	Atual	II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	27	2	3	4
	Títulos e valores mobiliários	4.319	353	470	588
CDI %	Financiamentos	4.354	356	474	593

5. Caixa e Equivalente de Caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	5	3
Banco	140	24
	145	27

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações Financeiras (a)	3.643	3.944
Fundos vinculados (b)	3.643	4.319

(a) Refere-se a aplicação em títulos e valores mobiliários indexada pelo CDI e com liquidez imediata e está representado, por Certificados de Depósito Bancário - CDB e Títulos de Dívida - Debêntures, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). (b) Os fundos vinculados referem-se a aplicações em títulos e valores mobiliários (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de empréstimo com o Itaú, com a finalidade de garantia real. 7. Concessionárias e Permissórias. Os valores alocados em suprimento referem-se às contas a receber de energia gerada ao cliente LightCom Comercializadora de Energia S/A, já os valores destacados na conta de energia de curto prazo são contas a receber oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, advindos do saldo positivo do balanço energético da Companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento - LightCom Comercializadora de Energia S/A	2.021	1.916
Energia de Curto Prazo - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	65	347
	2.086	2.263

A Companhia não possui perda de crédito esperada pois não existem itens vencidos e nem histórico de inadimplência, além da liquidação ocorrer em até 30 dias.

8. Outros Ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Mining JV I LLC	195	219
Miba Industrial Bearings Brasil LTDA.	179	-
Hubbell do Brasil Ind. Com	14	-
Power & Light Engenharia	-	40
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	14	14
Stancioli Uniformes EIRELI	-	8
Outros	7	59
	409	340

9. Imobilizado

Em milhares de reais	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.072	42.593	17.615	19.868	343	292	2.952	86.735
Adições	-	-	189	57	69	-	863	1.178
Baixa	-	-	-	-	-	-	(125)	(125)
Transferência	-	-	1.552	1.170	76	-	(2.798)	-
Reclassificação	-	-	43	(43)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.072	42.593	19.399	21.052	488	292	892	87.788

Em milhares de reais	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	18.221	7.400	8.474	123	27	-	34.445
Depreciação	-	947	575	675	23	25	-	2.245
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	19.168	7.975	9.149	146	52	-	36.490

Em milhares de reais	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	1.015	652	719	31	(6)	-	2.403
Valor contábil líquido	-	20.183	8.627	9.868	177	46	-	38.901

Em milhares de reais	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023	3.072	24.372	10.215	11.394	220	265	2.952	52.490
Em 31 de dezembro de 2024	3.072	23.425	11.424	11.903	342	240	892	51.298
Em 31 de dezembro de 2025	3.072	22.410	10.771	11.233	415	344	881	49.126

Em milhares de reais	Serviços	Software	Direito de extensão outorga - GSF	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.236	165	-	6.757	8.178
Adições	-	20	-	-	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.236	185	-	6.757	8.178

Em milhares de reais	Serviços	Software	Direito de extensão outorga - GSF	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	106	-	520	626
Amortização	-	22	-	257	279
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	128	-	263	391

Em milhares de reais	Serviços	Software	Direito de extensão outorga - GSF	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	140	-	1.035	1.175

Em milhares de reais	Serviços	Software	Direito de extensão outorga - GSF	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.236	59	-	6.237	7.532
Em 31 de dezembro de 2024	1.236	57	-	5.980	7.273
Em 31 de dezembro de 2025	1.236	45	-	5.722	7.003

A Resolução Autorizativa nº 1.748, de 6 de janeiro de 2009, que anuiu a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Rio do Braço, localizada no Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro, está regida sob as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996. A Resolução Autorizativa mencionada acima, em seu artigo 10, prevê que ao final do prazo da autorização, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorização restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. O Decreto 2003/96 da ANEEL, em relação as indenizações que se referem as resoluções autorizativas, consideram no seu artigo 20 § 1º-Art. 20. No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. § 1º Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente. A repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF) Em 9 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: I. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física; II, às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes; III, por geração fora ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel. Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE; (iii) não ter repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015. Em 3 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Itapé, que repacturaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReH Aneel nº 895/2020. Em 10 de outubro de 2023 foi alterada pela Resolução Homologatória 14.896/2023 aumentando a extensão de 2504 para 2.555 dias.

11. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	490	93
Itaú Unibanco Comercializadora de Energia LTDA.	307	307
Pacifico Energia Comercializadora LTDA.	289	127
Banco BTG Pactual S.A. (*)	135	103
Eneva S.A.	119	-
Água e Solo Estudos e Projetos Ltda.	107	42
Light Serviços de Eletricidade S.A.	59	-
Power & Light Engenharia	-	80
Ambientare Soluções Ambientais LTDA.	-	45
Outros	153	125
Fornecedores	1.659	615
Fornecedores Partes Relacionadas (*)	135	103

12. Financiamentos

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2025	31/12/2024
CCB	IPCA + 5,05%	-	2.429
CCB	CDI + 2,1%	1.248	1.925

	31/12/2025	31/12/2024
Financiamento - principal	1.248	4.354
e juros	685	3.117
Passivo circulante	685	3.117
Não circulante	663	1.237

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2025
Empréstimo	Prin- 1.925	Prin- 245
	Prin- 2.429	Prin- 112
	Prin- 4.354	Prin- 357

	31/12/2023	31/12/2024
Financiamento Itaú CCB	2.605	281
Financiamento Itaú CCB	6.590	630
Total:	9.195	911

	31/12/2023	31/12/2024
Vencimentos	Itaú	563
2027	563	563

a) Em 30 de setembro de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$20.000 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: • Data de Entrada do Recurso: 30/09/2020. • Prazo: 58 parcelas, com pagamentos mensais sem carência, iniciando em 15/10/2020 e a última parcela em 15/07/2025. • Taxa: IPCA + 5,05% a.a. • Garantias Concedidas. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Alienação Fiduciária de Ações. • Covenants financeiros. Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada anualmente a cumprir o seguinte índice: O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com base no EBITDA dividido pelo serviço da dívida (despesa financeira somada às parcelas de principal das dívidas referentes ao mesmo período últimos 12 meses). Cabe ressaltar, que os "covenants" financeiros e não financeiros foram cumpridos pela Companhia até a data de liquidação do financiamento. O financiamento foi totalmente liquidado em 15 de julho de 2025, não existindo obrigações futuras relacionadas ao atendimento desses "covenants". b) Em conjunto com a Cédula de Crédito Bancária ("CCB"), a Companhia contratou operação de swap de índices, junto ao Banco Itaú S.A. e, ou suas afiliadas, através de uma nota de negociação ("SWAP"), com início em 30 de setembro de 2020 e com as seguintes características: • Valor Fixo: R\$20.000. • Prazo e Fluxo: mesmo da CCB. • Vencimento: 15/07/2025. • Fator de correção CDI, percentagem 100%. • Taxa de juros exponencial - 3,70% a.a.

13. Instrumentos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros	739	739

Em 15 de julho de 2025, a operação de swap foi integralmente liquidada, não havendo saldos a pagar ou a receber remanescentes. c) Em 10 de outubro de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$2.700 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: • Data de Entrada do Recurso: 10/10/2023. • Prazo: 48 parcelas, com pagamentos mensais sem carência, iniciando em 13/11/2023 e a última parcela em 11/10/2027. • Taxa: CDI + 2,10% a.a. • Garantias Concedidas. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. • Covenants financeiros. Devido a esse

financiamento, a Companhia fica obrigada anualmente a cumprir o seguinte índice: O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com base no EBITDA dividido pelo serviço da dívida (despesa financeira somada às parcelas de principal das dívidas referentes ao mesmo período últimos 12 meses). Cabe ressaltar, que os "covenants" financeiros e não financeiros são cumpridos pela Companhia. 13. Patrimônio Líquido. a) Capital social. O Capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$35.432, representado por 17.096.592 em ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

	31/12/2025	31/12/2024
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos	17.096.592	100

b) Destinação do resultado. O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária. • 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório. O saldo remanescente terá a destinação para dividendos adicionais propostos até a deliberação dada pela Assembleia Geral. c) Reserva de lucros. A reserva de lucros é composta por reserva legal e reserva de retenção



PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO

CNPJ nº 09.024.809/0001-28

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase. Concentração de crédito em único cliente.** Conforme divulgado na Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, parte substancial das receitas operacionais da Companhia é concentrada em único cliente, LightCom Comercializadora de Energia S.A., empresa para a qual a Companhia formalizou a venda da energia produzida no período de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025. No ano de 2024 a Companhia firmou contrato de venda de energia, com a Esfera Comercializadora de Energia Ltda., que vigorará pelo prazo de 5 anos, a contar de 1º de janeiro de 2026. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras.** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Contador: Diego Wailer da Silva - CRC nº 1 RS 074562/O-3



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>